



NC ENERGIA S.A.

31 de dezembro de 2014

NC Energia

Relatório de Administração – 2014

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

O ano de 2014 foi de projetos desafiadores e importantes realizações para a NC Energia, uma empresa que faz parte do Grupo Neoenergia. Reafirmamos nossa essência, a missão de “ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade” e, por isso, não medimos esforços e trabalhamos com foco na melhoria contínua dos nossos padrões, processos e indicadores.

2014 foi o ano de dar protagonismo à segurança e de alinhar nossas ações voltadas para a segurança no trabalho e nas comunidades à nossa missão. “Acima de tudo, a vida!” passou a ser o nosso lema. O rigor com a segurança está presente em todos os projetos e iniciativas abrangendo nossa força de trabalho, empresas parceiras e, sobretudo, a comunidade.

Esperamos que em 2015 nossa experiência, nosso profissionalismo e nosso comprometimento nos deem condições de enfrentar os desafios trazidos pelo cenário econômico e pela crise hidrológica e nos ajudem a sedimentar o caminho que nos levará a um futuro de grandes realizações.

2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A NC Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia e gás, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, co-geradores de energia e demais agentes do setor. A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2000, sendo autorizada a operar pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em novembro de 2000, tendo o início de suas operações no mercado a partir de junho de 2001.

3. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Em 2014 a NC Energia contratou operações na ordem de 569 MW_{méd}, realizando vendas totais acima de R\$ 1 bilhão.

No âmbito da organização dos processos, a NC desenvolveu e implementou novas sistemáticas de acompanhamento de performance através da criação do painel de indicadores da empresa, bem como implantou o projeto de integração automática do seu sistema comercial ao ERP corporativo, provido pela SAP.

A NC Energia aperfeiçoou a metodologia de previsão de GSF e PLD, introduzindo o conceito de cenários hidrológicos para “clusterização” das séries de preço.

O ano de 2014 caracterizou-se pela hidraulicidade muito baixa, onde a região Sudeste apresentou uma Energia Natural Afluyente equivalente ao 6º pior do histórico. Em decorrência disso, o fator de ajuste das hidrelétricas (GSF) fechou o ano como o mais baixo do histórico. Isso trouxe uma exposição financeira muito elevada aos geradores e às distribuidoras que detêm cotas de geração.

O Preço de Liquidação de Diferenças - PLD em 2014 atingiu o teto de R\$ 822,33 de fevereiro a abril e uma média de R\$ 690/MWh na região Sudeste, permitindo um ganho excepcional na comercializadora decorrente do excedente de geração das Usinas de biomassa.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-Financeiros	2013	2014	Varição
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	950.796	1.137.560	19,6%
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	798.248	975.112	22,2%
EBITDA (R\$ Mil)	21.382	52.318	144,7%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ Mil)	21.164	52.297	147,1%
Resultado Financeiro (R\$ Mil) - Exceto JSCP	2.702	(11.116)	511,4%
Lucro Líquido (R\$ Mil)	15.949	26.514	66,2%
Ativo Total (R\$ Mil)	170.770	239.345	40,2%
Investimentos (R\$ Mil)	-	-	N/A
Dívida Bruta (R\$ Mil)	-	-	N/A
Dívida Líquida (R\$ Mil) ¹	(33.159)	(38.571)	16,3%
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	25.547	88.315	245,7%

Indicadores Financeiros	2013	2014	Varição
Margem EBITDA	2,7%	5,4%	2,7 p.p.
Margem EBIT	2,7%	5,4%	2,7 p.p.
Margem Líquida	2,0%	2,7%	0,7 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	(1,55)	(0,74)	0,81
Índice de Endividamento Líquido ²	4,36	(0,78)	(5,13)

¹ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

² Índice de Endividamento Líquido = Dívida Líquida/Dívida Líquida + PL

p.p - Pontos Percentuais

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2013	2014	Varição
Lucro Líquido	15.949	26.514	66,2%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	7.918	14.559	83,9%
Amortização / Depreciação	217	129	-40,6%
Receita Financeira	(3.827)	(6.140)	60,4%
Despesa Financeira	1.125	17.256	1433,9%
EBITDA	21.382	52.318	144,68%

5. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar. Para financiar seus investimentos a Companhia utiliza capital próprio. A Neoenergia, grupo econômico no qual a Companhia faz parte, tem como um dos pontos da sua política financeira priorizar o financiamento dos investimentos junto a organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB e FINEP.

6. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), renovado em 01/06/2014, com vigência de 18 (dezoito) meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor do Contrato R\$ (milhares)	% Em relação à Auditoria
Exame de auditoria com emissão de relatório.	79	100,00%

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a PwC.

A política de atuação do Grupo Neoenergia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

7. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

NC ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	38.082	32.882
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(5)	105.364	95.612
Títulos e valores mobiliários	(6)	-	28
Impostos e contribuições a recuperar	(7)	18.445	24.637
Estoques		-	19
Despesas pagas antecipadamente		268	17
Outros ativos circulantes		160	1.017
TOTAL DO CIRCULANTE		162.319	154.212
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	(6)	489	249
Impostos e contribuições a recuperar	(7)	-	77
Dividendos a receber		1.260	1.437
Impostos e contribuições sociais diferidos	(8)	6.189	4.968
Depósitos judiciais	(9)	5.393	-
Investimentos		59.990	6.485
Investimentos em coligadas e controladas	(10)	59.553	6.001
Outros investimentos		437	484
Imobilizado	(11)	1.607	1.307
Intangível	(12)	2.098	2.035
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		77.026	16.558
TOTAL DO ATIVO		239.345	170.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NC ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	(13)	80.187	65.128
Salários e encargos a pagar		1.348	1.254
Impostos e contribuições a recolher	(14)	23.508	14.201
Dividendos e juros sobre capital próprio	(15)	44.744	63.371
Outros passivos circulantes		2	31
TOTAL DO CIRCULANTE		149.789	143.985
NÃO CIRCULANTE			
Provisões	(16)	2	1
Outros passivos não circulantes		1.239	1.237
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.241	1.238
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	(17)	72.791	18.877
Reservas de lucro		4.843	3.517
Transação com sócios		(8.210)	(8.210)
Proposta de distribuição de dividendos adicional		18.891	11.363
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		88.315	25.547
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		239.345	170.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NC ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Acumulado	
		2014	2013
RECEITA LÍQUIDA	(18)	975.112	798.248
CUSTOS DOS SERVIÇOS		(919.357)	(775.458)
Custos com energia elétrica	(19)	(906.190)	(764.609)
Custos de operação	(20)	(13.167)	(10.849)
LUCRO BRUTO		55.755	22.790
Despesas com vendas	(20)	(3.442)	(1.583)
Despesas gerais e administrativas	(20)	(16)	(43)
Resultado de participações societárias		(108)	1
Equivalência patrimonial		(108)	1
LUCRO OPERACIONAL		52.189	21.165
Receitas financeiras	(21)	6.140	3.827
Despesas financeiras	(21)	(17.256)	(1.125)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO		41.073	23.867
Imposto de renda e contribuição social		(14.559)	(7.918)
Corrente		(15.780)	(8.361)
Diferido		1.221	443
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		26.514	15.949
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$		0,63	0,85

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NC ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)

	<u>Reservas de Lucros</u>			Lucros / Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Transações com sócios</u>			
Saldos em 01 de janeiro de 2013	13.600	2.720	(7.663)	-	22.748	31.405
Aumento de Capital	5.277	-	-	-	-	5.277
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.949	-	15.949
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(22.748)	(22.748)
Transações com Sócios						
Transações de capital	-	-	(547)	-	-	(547)
Destinações:						
Reserva Legal	-	797	-	(797)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(778)	-	(778)
Dividendos propostos	-	-	-	(14.374)	11.363	(3.011)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>18.877</u>	<u>3.517</u>	<u>(8.210)</u>	<u>-</u>	<u>11.363</u>	<u>25.547</u>
		<u>Reservas de Lucros</u>				
	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Transações com sócios</u>	<u>Lucros / Prejuízos Acumulados</u>	<u>Proposta de Distribuição de Dividendos adicional</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.877	3.517	(8.210)	-	11.363	25.547
Aumento de Capital	53.914	-	-	-	-	53.914
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.514	-	26.514
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(11.363)	(11.363)
Destinações:						
Reserva Legal	-	1.326	-	(1.326)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(25.188)	18.891	(6.297)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>72.791</u>	<u>4.843</u>	<u>(8.210)</u>	<u>-</u>	<u>18.891</u>	<u>88.315</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NC ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro antes dos impostos	41.073	23.867
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES		
Depreciação e amortização	129	217
Equivalência patrimonial	108	(1)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	1	-
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	1	8
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.442	1.584
Baixa de outros investimentos	47	-
Outras provisões	-	74
	<u>44.801</u>	<u>25.749</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(13.194)	(2.951)
IR e CSLL a Recuperar	(5.436)	8.071
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	6.640	(7.807)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	177	132
Estoques	19	(19)
Depósitos judiciais	(5.393)	-
Despesas pagas antecipadamente	(251)	-
Outros ativos	857	(632)
	<u>(16.581)</u>	<u>(3.206)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	15.059	(1.361)
Salários e encargos a pagar	94	(10)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(10.316)	(33)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	8.908	(18.697)
Outros passivos	(27)	891
	<u>13.718</u>	<u>(19.210)</u>
CAIXA ORIUNDO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	<u>41.938</u>	<u>3.333</u>
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	(53.660)	(6.000)
Aquisição de imobilizado	(356)	(334)
Aquisição de intangível	(137)	(1.294)
Aplicação (Resgate) em títulos e valores mobiliários	(212)	889
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(54.365)</u>	<u>(6.739)</u>
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	53.914	5.277
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(36.287)	-
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>17.627</u>	<u>5.277</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	<u>5.200</u>	<u>1.871</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	32.882	31.011
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>38.082</u>	<u>32.882</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>5.200</u>	<u>1.871</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A NC Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia e gás, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, co-geradores de energia e demais agentes do setor.

A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2000, sendo autorizada a operar pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em novembro de 2000, tendo o início de suas operações no mercado a partir de junho de 2001.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 23 de março de 2015, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeira estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 – Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e os ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros e são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs).

2.2 – Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3 - Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao cliente, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia, e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de financeira é reconhecida pelo método custo amortizado pela taxa efetiva com base no tempo e na taxa de juros aplicada sobre o montante em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. Adicionalmente, para os casos de ativos avaliados a valor justos por meio do resultado, também são efetuados ajustes de marcação a mercado desses ativos e reconhecidos no resultado financeiro.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Avaliação dos impactos da Lei 12.973/14

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015 e a Companhia elaborou estudo sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a não adoção antecipada pode resultar em ajustes, especialmente relacionados com juros sobre capital próprio e dividendos pagos excedentes ao Lucro tributável. A Companhia decidiu não antecipar os efeitos da referida Lei para o ano de 2014.

2.5 Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8 Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos clientes vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada cliente, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

2.9 Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

2.10 Investimentos Societários

Os investimentos em controladas em conjunto e coligadas, nas quais a administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas também são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

2.11 - Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.11 - Intangível

Compreende o direito de licença de uso de software e manutenção de sistema. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.12 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que no mínimo 25% do lucro líquido anual seja declarado a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, contendo projeção dos fluxos de resultado que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido, em 2013.

2.13 Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

baseado na opinião de seus consultores legais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.15 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.16 Normas, interpretações e alterações de normas contábeis:

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 15 – "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.17 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para a Companhia.

3 JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Julgamentos significativos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração identificou os seguintes julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Nota 05 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
- Nota 08 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos
- Nota 16 – Provisões

Estimativas e premissas contábeis significativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores a receber dos clientes vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada cliente, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento,

NC ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

b) Imposto renda e contribuição social diferidos

As estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Caixa e Depósitos bancários à vista	93	62
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	37.989	32.820
	<u>38.082</u>	<u>32.882</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Restritos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	2014	2013
Títulos a receber	(a)	65.453	81.098
Terceiros		64.116	70.005
Partes relacionadas		1.337	11.093
Comercialização de energia na CCEE	(b)	57.216	28.377
Serviços prestados a terceiros		152	152
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(c)	(17.457)	(14.015)
Total		<u>105.364</u>	<u>95.612</u>
Circulante		105.364	95.612

NC ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

(a) Composição dos títulos a receber conforme quadro abaixo:

	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	2014	2013	2014	2013
Setor público	1.068	-	-	1.068	-	-	-
Setor privado	54.688	3.970	5.727	64.385	81.098	(5.727)	(2.285)
Total	55.756	3.970	5.727	65.453	81.098	(5.727)	(2.285)
Circulante				65.453	81.098	(5.727)	(2.285)

(b) Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE. Informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado e inclui o montante de R\$11.730 correspondente às operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período e que estão contempladas na Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD). A variação da receita no âmbito da CCEE deve-se, principalmente pelo aumento do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) médio, quem em 2014 foi 163% maior que 2013.

(c) Conforme já mencionado nos itens (a) e (b) a Companhia possui PCLD no montante de R\$ 17.457, sendo R\$ 11.730 referente à liquidação do MAE (CCEE) e R\$ 5.727 referente a títulos vencidos a mais de 360 dias.

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	2014	2013
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	20/04/2017	CDI	489	277
Total					489	277
Circulante					-	28
Não circulante					489	249

(a) Correspondente a ativos do Fundo BB Polo, que possuem prazo para resgate acima de 90 dias, com vencimento em abril de 2017.

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	2014	2013
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	11.225	11.752
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	5.648	4.750
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS		885	799
Programa de integração social - PIS	(b)	123	1.300
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	564	5.990
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	43
Outros		-	3
		<u>18.445</u>	<u>24.637</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS		-	3
Outros		-	74
		<u>-</u>	<u>77</u>
Total		<u>18.445</u>	<u>24.714</u>

- (a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.
- (b) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, créditos provenientes de gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº. 27/2008. A redução do ano de 2014 comparado ao de 2013 deve-se a utilização dos créditos remanescentes de Pis e Cofins sobre insumos.

8 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo			
	2014		2013	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	18.204	4.551	14.612	3.653
	<u>18.204</u>	<u>4.551</u>	<u>14.612</u>	<u>3.653</u>
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	18.204	1.638	14.612	1.315
	<u>18.204</u>	<u>1.638</u>	<u>14.612</u>	<u>1.315</u>
Total		<u>6.189</u>		<u>4.968</u>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pelo

NC ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 2009 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	2014		2013	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	41.073	41.073	23.867	23.867
Juros sobre capital próprio	-	-	(778)	(778)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	41.073	41.073	23.089	23.089
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	10.268	3.697	5.772	2.078
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Perda de equivalência patrimonial	27	10	-	-
Multas indedutíveis	7	3	-	-
Outras adições	385	189	69	25
	419	202	69	25
(-) Exclusões				
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(3)	-	(2)	-
Outras exclusões	(24)	-	(24)	-
	(27)	-	(26)	-
Imposto de renda e contribuição social no período	10.660	3.899	5.815	2.103
Imposto de renda e contribuição social no resultado	10.660	3.899	5.815	2.103
Corrente	11.558	4.222	6.141	2.220
Recolhidos e Pagos	6.685	3.631	11.234	4.750
A pagar	288	111	-	-
Compensados e deduzidos	4.585	480	-	-
Impostos antecipados a recuperar	-	-	(5.093)	(2.530)
Diferido	(898)	(323)	(326)	(117)
	10.660	3.899	5.815	2.103

Regime tributário de transição

A Lei nº. 12.973/14, que resultou da conversão da MP 627/13, tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015.

A opção poderia ser antecipada para o exercício de 2014, na entrega da DCTF referente ao mês de agosto/2014, cujo prazo para envio foi prorrogado para 07/11/2014, com possibilidade de alterar a sua opção na DCTF relativa ao mês de dezembro de 2014, conforme IN 1.499 de 14/10/2014.

Contudo, conforme previsto na legislação supracitada, a Companhia optou por não aderir antecipadamente à adoção das novas regras, o fazendo somente a partir do ano calendário de 2015.

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

9 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fiscais	5.393	-
Total	<u>5.393</u>	<u>-</u>

Refere-se a uma ação que possui como objetivo a declaração de inconstitucionalidade do Decreto do Estado de São Paulo nº 54.177/09, sob substitutos tributários do ICMS, sendo R\$ 1.869 de atualização monetária. A Companhia está passando por uma análise pericial acerca de tais depósitos, que prevê recuperação de valor a NC.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária no montante de R\$ 93 no ano de 2014.

10 INVESTIMENTOS

	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de 2014
POTIGUAR SUL	6.001	53.660	(108)	59.553
TOTAL	6.001	53.660	(108)	59.553

A Companhia possui investimento de 100% na empresa Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A., que tem como principal atividade estudar, planejar, projetar, construir, operar e manter sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como a respectiva infraestrutura. No exercício de 2014 houve aumento de capital no montante de R\$ 53.660.

Por decisão do Conselho de Administração, a Neoenergia S.A. é a controladora da investida, portanto a NC Energia S.A. não apresenta demonstrações consolidadas.

Abaixo a apresentação resumida do balanço patrimonial da investida em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	<u>Balancos Patrimoniais</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo	<u>61.823</u>	<u>6.312</u>
Circulante	728	1.013
Não circulante	61.095	5.299
Passivo	<u>61.823</u>	<u>6.312</u>
Circulante	2.269	311
Patrimônio líquido	59.554	6.001

NC ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

Abaixo a apresentação resumida da demonstração do resultado da investida em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Demonstrações do Resultado	
	2014	2013
Receita operacional líquida	-	-
Custo de bens e serviços vendidos	(14)	-
Resultado bruto	(14)	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	(14)	-
Receita (despesas) financeiras	(90)	1
Lucro antes dos impostos	(104)	1
Imposto de renda e contribuição social	(4)	-
Lucro líquido do exercício	(108)	1

11 IMOBILIZADO

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	2014			2013	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
	Em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,6%	1.021	(354)	667	704
Máquinas e equipamentos	4,1%	678	(640)	38	52
Móveis e utensílios	6,3%	228	(217)	11	16
		1.927	(1.211)	716	772
Em curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias		242	-	242	146
Máquinas e equipamentos		474	-	474	214
Veículos		175	-	175	175
		891	-	891	535
Total		2.818	(1.211)	1.607	1.307

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2013	2.069	(1.193)	876	201	201	1.077
Adições				334	334	334
Baixas	(81)	73	(8)	-	-	(8)
Depreciação	-	(96)	(96)	-	-	(96)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.988	(1.216)	772	535	535	1.307
Adições				356	356	356
Baixas	(61)	60	(1)	-	-	(1)
Depreciação	-	(55)	(55)	-	-	(55)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.927	(1.211)	716	891	891	1.607

12 INTANGÍVEL

O valor dos ativos intangíveis está composto da seguinte forma:

	2014			2013	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Direito de uso de software	20%	1.108	(993)	115	189
		1.108	(993)	115	189
Em curso					
Direito de uso de software		1.983	-	1.983	1.846
		1.983	-	1.983	1.846
Total		3.091	(993)	2.098	2.035

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso		Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2013	1.108	(798)	310	552	552	862
Adições	-	-	-	1.294	1.294	1.294
Amortizações	-	(121)	(121)	-	-	(121)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.108	(919)	189	1.846	1.846	2.035
Adições	-	-	-	137	137	137
Amortizações	-	(74)	(74)	-	-	(74)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.108	(993)	115	1.983	1.983	2.098

NC ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

13 FORNECEDORES

Fornecedores	Ref.	2014	2013
Energia elétrica:		79.573	61.662
Terceiros	(a)	75.699	61.421
Partes relacionadas		3.874	241
Materiais e serviços		614	3.466
Terceiros		614	3.466
Total		<u>80.187</u>	<u>65.128</u>
Circulante		80.187	65.128

(a) É composto de fornecedores de compra de energia, que devido ao aumento da PLD (Preço de liquidação das diferenças), em 2014 o custo de compra de energia foi maior se comparado com 2013.

14 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Ref.	2014	2013
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	11.503	6.140
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	4.144	2.220
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS		6.638	5.129
Programa de integração social - PIS		171	92
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		791	424
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		112	70
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS		12	32
Impostos e contribuições retidos na fonte		137	91
Outros		-	3
Total		<u>23.508</u>	<u>14.201</u>

(a) Em 2014 o lucro tributário foi maior se comparado com 2013, conseqüentemente aumentando o saldo de IR e CSLL.

15 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as declarações de juros sobre capital próprio e dividendos da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
<u>2014</u>			
AGO/E de 29 de abril de 2014	Dividendos de 2013	11.363	0,1291440
		<u>11.363</u>	
<u>2013</u>			
AGO/E de 30 de abril de 2013	Dividendos de 2012	7.073	0,5200905
RCA de 20 de dezembro de 2013	JSCP	778	0,0603790
		<u>7.851</u>	

NC ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios e propostos é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</u>		
Ações ordinárias	72.791	18.887
Total	<u>72.791</u>	<u>18.887</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Lucro líquido do exercício	26.514	15.949
Constituição da reserva legal	(1.326)	(797)
Base de cálculo do dividendo	<u>25.188</u>	<u>15.152</u>
<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	<u>6.297</u>	<u>3.788</u>
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</u>		
Juros sobre capital próprio	-	778
Dividendos propostos	25.188	3.010
Total Bruto	<u>25.188</u>	<u>3.788</u>

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, é como segue:

Saldos em 01 de janeiro de 2013	36.836
Declarados	22.747
Propostos	3.788
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>63.371</u>
Declarados	17.660
Pagos no período	(36.287)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>44.744</u>

NC ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

16 PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências	
	Fiscais	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1	1
Atualização	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2	2

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Contingência Fiscal

Contingências Fiscais	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		2014	2013
ICMS	(a)	2	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2	1
	(b)	6.453	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS		2.407	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ		2.500	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		11.364			2	1

(a) Valor refere-se a ação com pedido de antecipação de tutela para autorização da emissão de notas fiscais eletrônicas.

(b) Trata-se de Auto de Infração em razão da empresa ter supostamente recolhido o ICMS a menor em virtude de ter sido calculado de forma errada na venda de energia destinada a comercialização ou a industrialização para o estado da Bahia.

Contingência Cível

Contingências Cíveis	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		2014	2013
Indenização por perdas	(a)	182	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		182			-	-

(a) Valor refere-se a cobrança de suposta verba devida pela alienação de quota excedente de eletricidade.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 72.791 e R\$ 18.877 em 2013 e está representado por ações sem valor nominal como segue:

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2013, foi aprovado e integralizado o aumento de capital em R\$ 75.113 realizado através de incorporações de bens, e durante o ano de 2014 foram integralizados o montante de R\$ 53.914.

Acionistas	2014	
	Ações Ordinárias (em milhares)	
	Única	%
Neoenergia	72.791	100,00%
	72.791	100,00%

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Em 2014 a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 1.326.

18 RECEITA LÍQUIDA

	Ref.	2014	2013
Fornecimento de energia	(a)	1.065.880	907.180
Receita de comercialização		1.065.880	907.180
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	71.581	43.533
Outras receitas		99	83
Total receita bruta		1.137.560	950.796
(-) Deduções da receita bruta	(c)	(162.448)	(152.548)
Total receita operacional líquida		975.112	798.248

(a) A composição da receita com comercialização de energia é a seguinte:

	MWh (*)		R\$ mil	
	2014	2013	2014	2013
Consumidores:				
Suprimento	5.786.188	4.999.328	1.065.880	907.180
Total	5.786.188	4.999.328	1.065.880	907.180

(*) Informações não auditadas

(b) A variação da receita no âmbito da CCEE deve-se, principalmente pelo aumento do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) médio, quem em 2014 foi 163% maior que 2013.

(c) Deduções da receita bruta:

	2014	2013
IMPOSTOS:		
ICMS	(67.078)	(73.706)
PIS	(17.012)	(14.063)
COFINS	(78.352)	(64.775)
ISS	(6)	(4)
Total	(162.448)	(152.548)

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

19 CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	MWh (*)		R\$	
	2014	2013	2014	2013
Energia comparada para revenda				
Energia adquirida no ambiente livre - ACL	5.159.996	5.931.294	(984.423)	(835.377)
Energia curto prazo - PLD	160.534	145.105	(4.410)	(689)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	82.643	71.457
Total	5.320.530	6.076.399	(906.190)	(764.609)
			(906.190)	(764.609)

(*) Não auditado

20 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custo / Despesas	Ref.	2014			2013	
		Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(9.382)	-	-	(9.382)	(6.605)
Entidade de previdência privada		(343)	-	-	(343)	(239)
Material		(7)	-	-	(7)	(4)
Serviços de terceiros		(2.315)	-	-	(2.315)	(2.498)
Depreciação e amortização		(129)	-	-	(129)	(217)
Arrendamentos e aluguéis		(554)	-	-	(554)	(510)
Tributos		(75)	-	-	(75)	(70)
Provisões líquidas - PCLD	(b)	-	(3.442)	-	(3.442)	(1.583)
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento / desativação		-	-	(16)	(16)	(43)
Outros		(362)	-	-	(362)	(706)
Total custos / despesas		(13.167)	(3.442)	(16)	(16.625)	(12.475)

(a) Custo de Pessoal

	2014	2013
Remunerações	(4.883)	(3.031)
Encargos sociais	(1.667)	(1.189)
Auxílio alimentação	(137)	(229)
Convênio assistencial e outros benefícios	(327)	(141)
Rescisões	(623)	(4)
Férias e 13º salário	(503)	(780)
Plano de saúde	(233)	(283)
Participação nos resultados	(1.009)	(948)
Total	(9.382)	(6.605)

(b) No exercício de 2014 houve constituição de PLCD de R\$ 3.533 referente a títulos vencidos há 360 dias e reversão de R\$ 91 referente recebimento de títulos que constavam no registro da PCLD, a variação pode ser observada pela movimentação do contas a receber conforme nota explicativa 5.

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

21 RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeira	2014	2013
Renda de aplicações financeiras	3.305	2.579
Varição monetária	2.624	31
Outras receitas financeiras	211	1.217
Total	<u>6.140</u>	<u>3.827</u>
Despesa Financeira	2014	2013
Varição monetária	(1)	-
Varição cambial	6	-
IOF	(1.128)	-
Juros com venda de recebíveis	(14.342)	-
Outras despesas financeiras	(1.791)	(1.125)
Total	<u>(17.256)</u>	<u>(1.125)</u>

O resultado financeiro foi impactado em 2014, com a despesa de R\$ 14.342, referente à antecipação de recebíveis com a Termopernambuco, através do banco Santander, no montante de R\$ 260.000. Utilizando a taxa de 12,06% para os contratos de maio, agosto e setembro de 2014, e 11,78% para os contratos de outubro e novembro de 2014.

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

22 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2014			2014			2013			2013				
	Resultado	Ativo		Passivo			Resultado	Ativo		Passivo				
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante		Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladas														
NEOENERGIA S.A.	(445)	-	-	-	44744	-	44.744,00	(351)	-	-	-	63.371	-	63.371
COELBA	9324	379	-	379	-	-	-	10.041	2.151	-	2.151	-	-	-
CELPE	-	-	190	190	-	-	-	-	-	97	97	-	-	-
COSERN	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	8	-	-	-
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	28043	4.125	-	4.125	-	-	-	12.726	510	152	662	-	1.236	1.236
TERMOPERNAMBUCO S/A	343805	4.399	-	4.399	-	-	-	174.043	-	-	-	-	-	-
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.	-	-	-	-	-	1.236	1.236,00	-	-	-	-	-	-	-
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	-	-	-	-	-	-	-	246	-	-	-	-	-	-
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	-	-	-	-	-	-	-	75	-	-	-	-	-	-
GERAÇÃO CIII S.A.	3561	766	-	766	-	-	-	1.306	45	-	45	-	-	-
RIO PCH I S.A.	-2263	-	-	-	199	-	199,00	(1.590)	-	-	-	-	-	-
BAHIA PCH I S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1.189)	-	-	-	241	-	241
NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA	-	1.250	-	1.250	-	-	-	-	1.437	-	1.437	-	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	1859	145	-	145	-	-	-	1.115	278	-	278	-	-	-
ENERGYWORKS DO BRASIL LTDA	551	388	-	388	-	-	-	24	14	-	14	-	-	-
POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	311	-	311	-	-	-
	384.435	11.452	190	11.642	44.943	1.236	46.179	196.446	4.754	249	5.003	63.612	1.236	64.848
Controle conjunto														
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	1.578	-	-	-	-	-	-	219	219	-	219	-	-	-
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	1.216	-	-	-	-	-	-	174	174	-	174	-	-	-
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	1.709	-	-	-	-	-	-	219	219	-	219	-	-	-
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	2.211	-	-	-	-	-	-	290	290	-	290	-	-	-
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	1.802	-	-	-	-	-	-	216	216	-	216	-	-	-
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	-	-	-	-	1.564	-	-	-	-	-	-
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	-	-	-	-	7.259	1.771	-	1.771	-	-	-
CAETITÊ 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(3.676)	-	-	-	3676	-	3.676	-	-	-	-	-	-	-
CAETITÊ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	4252	26	-	26	-	-	-	4.694	4.694	-	4.694	-	-	-
CAETITÊ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	1.171	160	-	160	-	-	-	5.048	512	-	512	-	-	-
	10.263	186	-	186	3.676	-	3.676	19.683	8.095	-	8.095	-	-	-
	394.698	11.638	190	11.828	48.619	1.236	49.855	216.129	12.849	249	13.098	63.612	1.236	64.848

NC ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

	2014			2014			2013			2013						
	Ref.	Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Ativo		Passivo			
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante					Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
Receita		401.158														
Fornecimento de energia elétrica		401.158														
Despesa		(6.460)														
Energia elétrica comprada para revenda		(6.015)														
Serviços de terceiros		(445)														
Ativo			11.638	190	11.828						12.849	249	13.098			
Titulos e valores mobiliários			299	190	489						8	249	257			
Contas a receber de clientes e outros	(a)		10.089		10.089						11.093	-	11.093			
Dividendos a receber			1.250		1.250						1.437	-	1.437			
Outros ativos					-						311	-	311			
Passivo						48.619	1.236	49.855						63.612	1.236	64.848
Fornecedores	(b)					3.875		3.875						241	-	241
Dividendos e juros sobre capital proprio						44.744		44.744						63.371	-	63.371
Outros passivos							1.236	1.236						-	1.236	1.236
		394.698	11.638	190	11.828	48.619	1.236	49.855	216.129	12.849	249	13.098	63.612	1.236	64.848	

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Referem-se aos contratos que tem por objeto estabelecer os termos e as condições de venda de energia elétrica realizadas entre as partes (COELBA, ITAPEBI, TERMOPE, GERAÇÃO CIII, AFLUENTE G, ENERGYWORKS e NC ENERGIA).
- (b) Referem-se aos contratos que tem por objeto estabelecer os termos e as condições de compra suprimento de energia efetuada junto a CAETITÉ I, cuja vigência se encerra no dia 31 de agosto de 2033 e RIO PCH I, cuja vigência se encerra em 31 de dezembro de 2015.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 2.030 (R\$ 521 em 31 de dezembro de 2013), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

23 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As Companhias do Grupo efetuaram avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando existente.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Em 31 de dezembro de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificado como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – representam os fundos restritos compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Valor Justo

NC ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto no CPC 40(R1):

	2014		2013	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	105.364	105.364	95.612	95.612
Contas a receber de clientes e outros	105.364	105.364	95.612	95.612
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	38.571	38.571	33.159	33.159
Caixa e equivalentes de caixa	38.082	38.082	32.882	32.882
Títulos e valores mobiliários	489	489	277	277
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	80.187	80.187	65.128	65.128
Fornecedores	80.187	80.187	65.128	65.128

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2014			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Ativos financeiros				
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	93	37.989	-	38.082
Títulos e valores mobiliários	-	489	-	489

Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

- Riscos de mercado

✓ Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2014, aplicações financeiras atreladas ao CDI.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	0,0%	38.478	4.190	3.143	2.095

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

NC ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2014 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 37.989 em fundos restritos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	2014			2015
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 3 meses	
Passivos financeiros não derivativos:				
Fornecedores	80.187	80.187	-	80.187

• Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos da principal atividade realizada pela Companhia que é o de comercialização de energia, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

✓ Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas

NC ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros da Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2014	2013
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	38.082	32.882
Títulos e valores mobiliários	489	277
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	122.821	109.627

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

24 SEGUROS

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir (Nesta nota valores apresentados em Reais – R\$):

	2014		
Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Veículos	08.10.2014 a 08.10.2015	100% Tabela FIPE	3.001

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **NC Energia S.A** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2014, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2015.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente

José Maurício Pereira Coelho

Mario José Ruiz-Tagle Larrain

Solange Maria Pinto Ribeiro

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCO GEOVANNI TOBIAS DA SILVA
Presidente

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN
Vice-Presidente

Titulares

JOSE MAURÍCIO PEREIRA COELHO
SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO

Suplentes

MARCIA CASTRO MOREIRA
WILSA FIGUEIREDO
PABLO MENDIVIL RUAS
LARA CRISTINA RIBEIRO PIAU MARQUES

DIRETORIA EXECUTIVA

Leonardo Calabró
Diretor Presidente

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor Regulação

Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta
Diretora de Planejamento e Controle
Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Cristiane Duarte Tavares
CRC-RJ - 092.950/O-5



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
NC Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da NC Energia S.A. ("NC Energia" ou "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NC Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MGO70614/O-5 "S" RJ